



Dossiê

ACNUDH

INFORMAÇÕES

POR UNESCO 2020

A organização

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) é a principal entidade de da organização em relação à temática. A missão da organização é a de garantir a proteção dos Direitos Humanos de todos os indivíduos em todos os lugares do mundo, salvaguardando— os junto à paz, a segurança e o desenvolvimento. O Escritório atua em diversas frentes de ação, proporcionando assistência integral aos governos e organizações no que tange á temática, realizando denúncias de eventuais violações, apoiando a sociedade civil na reivindicação dos seus direitos e oferecendo suporte a organizações e entidades encarregadas de proteger os direitos humanos a nível doméstico, regional ou internacional. Além disso, o ACNUDH oferece capacitação técnica e operacional nas esferas administrativas, de justiça, da reforma legislativa e também do processo eleitoral no que diz respeito ao seu escopo de ação, visando intensificar a disseminação de conhecimentos acerca dos Direitos Humanos em todo o globo.

A organização, a população LGBT+ e a educação

Em 2013, o ACNUDH lançou a campanha Livres & Iguais, que é uma proposta internacional de informação pública das Nações Unidas com o objetivo de promover direitos iguais e tratamento humanizado para todas as pessoas LGBT+ ao redor do mundo. A iniciativa surge devido a estatística de que mais de um terço dos países do mundo criminalizam a relação afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo com punições que variam de reclusão à morte, realizam terapias desumanas em pessoas trans e cirurgias invasivas em indivíduos intersexo, realidade, que por sua vez,

alimenta o preconceito e a discriminação contra corpos LGBT+. No que diz respeito à educação, o ACNUDH, no âmbito da Livres & Iguais, criou a sub-campanha *End Bullying*, que disponibiliza diversas cartilhas e documentos de apoio a escolas, indivíduos, governos e entidades no combate a violência escolar de caráter homofóbico e transfóbico, a fim de combater essa problemática. A principal linha de abordagem da campanha é a da necessidade de desfazer a propagação dos estereótipos de masculinidade e feminilidade, encarados como as principais forças motrizes das manifestações de violência. Dentre as diversas orientações das campanhas, no que tange ao *bullying*, o ACNUDH oferece diversos conselhos para os governos lidarem com essa problemática que variam do constante monitoramento desse fenômeno em relação a estudantes LGBT+, passando pelo desenvolvimento de políticas educacionais de caráter nacional para prevenir e reagir a ele e chegando até a proposta do oferecimento de capacitações baseados na EDH e na EIS para os profissionais da educação. Para além, em 2013 foi lançado o livro “Nascidos Livres e Iguais”, que é embasado no Regime Internacional de Direitos Humanos em relação a orientação sexual e identidade de gênero. Programado dentro de cinco pilares, a organização reitera que é necessário que todos os Estados do globo protejam pessoas LGBT+ de todas as idades e em todos os ambientes, proibindo a discriminação, a tortura e as violações de direitos, garantindo o direito de livre manifestação e organização e auxiliando no desenvolvimento de políticas que abarquem todos de maneira integral desde a infância, assegurando um desenvolvimento saudável e uma educação segura e de qualidade.





Dossiê

África do Sul

INFORMAÇÕES

POR UNESCO 2020

O país

A África do Sul é um país que está localizado no extremo sul do continente africano. O país possui três capitais, sendo elas Pretória como capital executiva, a Cidade do Cabo como capital legislativa e Bloemfontein enquanto capital judiciária. Os idiomas falados no país são o Africaner e o Inglês, e a moeda oficial do país é o Rand. Além disso, a história do país é muito conhecida pela política do apartheid, um sistema de segregação institucionalizado em 1948 que favorecia a minoria branca em detrimento da maioria negra do país. Tal regime teve fim em 1994 e desde então o país luta para sanar desigualdades e problemas herdados dessa geração. Hoje, o país tem um PIB *per capita* de U\$D6.369.

O país e a comunidade LGBT+

O regime de apartheid na África do Sul teve diversos impactos para a comunidade LGBT+ no país. Perseguições contra tal grupo podem ser observadas expressivamente no 'The Immorality Act' de 1957, e se deram fundamentadas em uma lógica cristã de pureza social e moralidade que enxergava a homossexualidade como um vírus de depravação. Essa legislação restringia atos homossexuais a partir da proibição de atos tidos como imorais ou não naturais pela sociedade, no entanto, a homossexualidade apenas foi nominalmente proibida em 1968. Além disso, a questão da homossexualidade no país durante esse período tinha ainda uma interseção clara com as dinâmicas raciais do contexto do apartheid. Por isso, era expressivamente proibido atos sexuais entre pessoas de diferentes raças e a comunidade LGBT+ negra era marginalizada dentro do próprio movimento. Tal realidade muda significativamente após o fim do regime de apartheid, quando a liberdade sexual enquanto direito humano básico foi incluída na nova

constituição e a discriminação pautada em orientação sexual tornada ilegal. Além disso, em 2006 a África do Sul se tornou o primeiro país africano a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. No entanto, apesar de significativos avanços na legislação do país, o mesmo conta com altas taxas de discriminação contra a comunidade LGBT+, apresentando taxas preocupantes de estupros corretivos contra mulheres lésbicas.

O comprometimento do país com a EDH e com a EIS

A Educação em Direitos Humanos é significativamente presente nos currículos das escolas da África do Sul desde o final do regime do apartheid. No entanto, existe uma falha no que tange o ensino aos estudantes sobre o papel que eles desempenham em relação a proteção desses direitos, de forma que os próprios professores não possuem capacitação de como instruir esses alunos sobre como assegurar esses direitos efetivamente. Isso se dá uma vez que apenas são dados conteúdos básicos de conscientização sobre essas questões aos alunos. Já no caso da Educação Sexual, a África do Sul teve diversos avanços no que se refere a presença de tal temática no currículo escolar. No entanto, preconceito sobre a expansão de tópicos abordados e medos sobre a introdução destes na escola, levaram o Ministério da Educação a anunciar que os pais dos estudantes poderiam, caso os interessassem, privar seus filhos dessas aulas de educação sexual.





Dossiê

Associação internacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgênero e Intersexo

INFORMAÇÕES

POR UNESCO 2020

A organização

A Associação internacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgênero e Intersexo (ILGA), foi fundada em 1978, em uma reunião marginal na Conferência anual da Campanha pela Igualdade Homossexual em Coventry no Reino Unido. Criada e administrada por ativistas LGBTI com paixão por liberdade e justiça, a ILGA luta por um mundo onde os direitos humanos sejam garantidos para todos, independentemente da orientação sexual, identidades de gênero, expressões de gênero e características sexuais (SOGIESC). A ILGA possui status consultivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e é uma organização abrangente que representa 1.614 organizações membros de 158 países e territórios. Com sede em seis regiões - ILGA Pan-África, ILGA Ásia, ILGA-Europa, ILGALAC (América Latina e Caribe), ILGA América do Norte e ILGA Oceania - que possuem autonomia para tomar decisões sobre suas estruturas e assuntos. Seu principal órgão é o Conselho Executivo, composto por 19 membros que são eleitos durante uma conferência mundial.

A organização, a população LGBT+ e a educação

A ILGA tem como missão garantir um mundo com menos discriminação baseada na orientação sexual, identidade de gênero e / ou expressão de gênero e sexo ambíguo (intersex) de forma a garantir, assim, direitos básicos para toda a comunidade LGBT+. Deste modo, ela age pela garantia dos direitos e pelo combate à discriminação, trabalha em prol de igualdade, liberdade e justiça, capacita seus membros na promoção e proteção dos direitos e promove a diversidade da comunidade LGBTI em todo o mundo. Estes objetivos são realizados através das seguintes ferramentas: advocacia, pesquisa, fortalecimento e comunicação. A ad-

vocacia visa manter o reconhecimento e a proteção dos direitos humanos LGBTI. A pesquisa é onde há a produção de Guias cruciais para a comunidade LGBTI, como por exemplo, a produção do Relatório de Homofobia e o Relatório de Mapeamento Jurídico Trans. O fortalecimento é por onde ocorre o apoio à rede global com treinamentos de capacitação e conferências mundiais e regionais. E, por último, a comunicação é o canal usado para aumentar a conscientização sobre questões de direitos humanos LGBTI por meio principalmente de Fóruns Internacionais e da mídia. Além disso, com o intuito de dar visibilidade, proteção e garantir os direitos da comunidade LGBTI de todo o mundo a respeito de todas as questões relativas à mesma, a ILGA age, também, em prol dos jovens que sofrem qualquer tipo de violência, inclusive no âmbito escolar, por conta de sua orientação sexual, identidades de gênero ou expressões de gênero. Dentro deste âmbito, quem vai direcionar e fornecer recursos para a educação e ferramentas para o combate à discriminação, *bullying* e falta de visibilidade da juventude LGBTI, serão as ILGAs regionais e suas organizações membros. Este trabalho se dá principalmente em cooperação com importantes aliados como políticos, professores e organizações que tratam do direito de crianças e jovens.





Dossiê

República Federativa do Brasil

INFORMAÇÕES

POR UNESCO 2020

O país

A República Federativa do Brasil está localizada na América do Sul, sendo o maior país do continente. O país, que tem como capital a cidade de Brasília, foi colonizado por Portugal, de forma que o idioma oficial do mesmo é o português, alcançando sua independência em 1822. A moeda do país é o real e o regime político é uma república federativa presidencial. Ademais, o país apresenta um PIB *per capita* de cerca de US\$8.921, sendo considerado um país em desenvolvimento mas também uma das maiores economias do mundo, e tem índices de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de cerca de 93%.

O país e a comunidade LGBT+

É possível observar diversos e importantes avanços no que se refere a garantia de direitos a comunidade LGBT+ no Brasil. Alguns direitos como o casamento entre pessoas do mesmo gênero, o uso do nome social, a mudança de nome de registro sem cirurgia de redesignação sexual, a adoção por casais LGBT+, e criminalização da discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero, decisão alcançada em 2019 que enquadra esta como crime de racismo, estão presentes na legislação brasileira. No entanto, o país apresenta altas taxas de discriminação, tendo somado um total de 329 mortes de pessoas LGBT+ ligadas a orientação e identidade de gênero das vítimas no ano de 2019. Outro dado alarmante seria a realidade de pessoas trans no Brasil, uma vez que, segundo Relatório Mundial da *Transgender Europe*, cerca de 52% dos assassinatos de pessoas trans registrados em 72 países nos anos de 2016 e 2017 ocorreram no Brasil. No entanto, mesmo frente essa realidade preocupante, não é possível observar grande mobilização por parte do governo para

mudar essa realidade, muito pelo contrário, uma vez que o próprio presidente, Jair Bolsonaro, se apresenta contra medidas como a criminalização da LGBTfobia, aproveitando-se de um discurso religioso. No que se refere a política externa do país, apesar de influências desse discurso do atual governo sobre o posicionamento do mesmo, ainda é reiterado proteção a população LGBT+ da discriminação.

O comprometimento do país com a EDH e com a EIS

No caso da educação sexual, a mesma está presente nos currículos escolares brasileiros desde 1997, no entanto, apresenta limitações nas abordagens. Houveram ao longo dos últimos anos diversas modificações no sistema educacional brasileiro no que se refere essa temática. Alguns exemplos desses retrocessos seriam a retirada dos termos orientação sexual e identidade de gênero da Base Nacional Curricular Comum por Michel Temer em 2017 e a defesa da abstinência sexual como método contraceptivo pelo atual governo, que considera ainda que exista uma pressão social no sentido de tornar as crianças homossexuais. No que se refere a educação em direitos humanos, o país instituiu um programa de acordo com as diretrizes de órgãos internacionais sobre a temática, no entanto, surgiram recentemente acusações de que a mesma constitui uma forma de doutrinação ideológica, discurso apoiado pelo atual governo. Levando essa conjuntura em consideração, a realidade da juventude LGBT+ nas escolas é extremamente dramática uma vez que, segundo dados de 2016, 73% dos estudantes que compõe o grupo já relataram terem sido vítimas de agressões verbais e 36% de agressões físicas.





Dossiê

Comunidade da Austrália

INFORMAÇÕES

POR UNESCO 2020

O país

A Comunidade da Austrália localiza-se na Oceania, entre os oceanos Índico e Pacífico Sul. Com uma área de 7.741.220 Km² é o sexto maior país do mundo, com um alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH 2019) de 0,938 e uma população de aproximadamente 24.898.153 de habitantes (segundo censo de 2018). Sua extensão territorial abrange além do continente, milhares de ilhas, sendo a maior a Tasmânia, localizada a 240 km da costa. A capital do país é Camberra, a língua oficial é o inglês, a moeda é o dólar australiano e adota como sistema de governo uma democracia parlamentar federal sob uma monarquia constitucional, tendo atualmente a Rainha Elizabeth II como chefe de estado e Scott Morrison como primeiro ministro. Pode-se dizer ainda que o país é membro ativo de inúmeras organizações internacionais além da ONU, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), dentro outras.

A relação do país com a comunidade LGBT+

A Austrália tem sido palco de grandes vitórias e progressos na luta por igualdade e direitos da comunidade LGBT+, mesmo sendo um país com um influente e extremista grupo religioso de direita que dificulta tal progresso. O país conta com a presença de inúmeras organizações LGBT+ em seu território, foi o segundo da Oceania a legalizar casamento entre pessoas do mesmo sexo (no final de 2017) e possui leis federais que proíbem a discriminação baseada na orientação sexual. Contudo, tais leis possuem uma séria lacuna, na medida que abrem espaço para que grupos religiosos exerçam a discriminação com o argumento de

que essas leis contrariam suas crenças religiosas a este respeito.

O comprometimento do país com a EDH e com a EIS

O país conta com forte influência e dominância dos grupos religiosos no setor da educação, tornando assim complicado seu comprometimento com a Educação em Direitos Humanos (EDH) e com a Educação Integral em Sexualidade (EIS), visto que tais grupos se opõem veementemente à comunidade LGBT+. Devido a essa situação, a Austrália conta com altas porcentagens de violência contra jovens LGBT+ em ambientes educacionais, sendo a violência psicológica a de maior incidência, além de haver relatos de expulsões de alunos baseadas em sua orientação sexual e identidade de gênero. Porém, como o país conta com a presença de muitas organizações e ativistas lutando pelos direitos da comunidade LGBT+, conquistando cada vez mais vitórias, é provável que haja progresso no setor educacional, com mudanças positivas para a juventude LGBT+.

COMUNIDADE DA AUSTRÁLIA





Dossiê

Education Development Center

INFORMAÇÕES

POR UNESCO 2020

A organização

A *Education Development Center* (EDC), ou o Centro de Desenvolvimento da Educação, é uma organização sem fins lucrativos internacionais que atua nas áreas de aprendizado e desenvolvimento, desde sua fundação em 1958, com a finalidade de melhorar a educação, promover de riqueza e desenvolver oportunidades. O EDC trabalha juntamente a parceiros públicos e privados através de programas, serviços e projetos diferenciados que visam abrir portas em âmbitos educacionais e profissionais e contribuindo para a promoção do diálogo. Nesse sentido, sua atuação se dá globalmente, possuindo projetos específicos para atender as necessidades de diversas regiões no mundo. Esse trabalho realizado pela organização é muito importante no aprimoramento das condições educacionais no mundo todo, tendo como foco de ação os grupos marginalizados e mais vulneráveis, possuindo também programas direcionados à questões de saúde sexual, violência e suicídio. Além disso, a equidade e a diversidade são alguns dos princípios levantados e abraçados pela organização, sendo a equidade entendida ainda como uma condição à excelência.

A organização, a população LGBTQ+ e a educação

O EDC é uma organização que realiza um trabalho extenso no que se refere a importância da educação e do papel que a mesma desempenha no que se refere às necessidades e às oportunidades de ascensão social. A organização levanta a bandeira de que a transformação da sociedade é possível através da igual oportunidade, expressão e suporte a todos os indivíduos. Essa visão demonstra a forte valorização dada pela organização à equidade, sendo ela a que guia todos os princípios da organização. Assim, apesar de não possuir muitos programas direcionados exclusivamente à popula-

ção LGBTQ+, a mesma é abarcada no discurso e reconhecida enquanto grupo vulnerável, uma vez que a organização trabalha na divulgação e na promoção de *workshops* direcionado para profissionais da educação no que tange a prevenção de suicídio dentro da comunidade LGBTQ+. Além disso, a organização possui também diversos recursos e programas sobre o *bullying* nas escolas, possuindo também vários documentos que auxiliam na conscientização sobre tal problemática. Alguns desses materiais e plataformas promovidas pelo EDC tocam especialmente na questão do *bullying* sofrido por membros da comunidade LGBTQ+, considerada população de risco nessa temática. Esses materiais contribuem para a promoção de um ambiente educacional mais inclusivo e igualitário através do compartilhamento de informações e disseminação de materiais de trabalho para profissionais da área da educação. Dessa forma, o EDC acaba por ser uma organização de grande importância em debates sobre a educação no mundo, em razão de sua lógica de atuação globalizada e exaltação da importância da educação como instrumento de transformação. Além disso os conteúdos e relatórios apresentados pela mesma podem colaborar fortemente para a demonstração da importância de se criar um ambiente propício e igualitário para o aprendizado de todos os estudantes internacionalmente, principalmente no que se refere a regiões vulneráveis ou para grupos que não possuem condições favoráveis para estudo, como é o caso da comunidade LGBTQ+.



Dossiê

Emirados Árabes Unidos

INFORMAÇÕES

POR UNESCO 2020

O país

Os Emirados Árabes Unidos é um país formado por uma federação composta por sete emirados (Abu Dhabi, Dubai, Sharjah, Ras Al Khaimah, Fujairah, Ajman e Umm Al Qaiwan) e localiza-se no Oriente Médio, na Península Arábica. Com uma área de 83.600 Km², seu território faz fronteira com Arábia Saudita e Omã, compreendendo deste modo o golfo Pérsico e de Omã. O sistema de governo adotado é uma federação de monarquias, que tem como presidente atual Khalifa bin Zayed al Nahyan, escolhido pelo Conselho Federal Supremo que é a maior autoridade do país. A capital do país é Abu Dhabi, a língua oficial é o árabe, a moeda é o dirham dos EAU, seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH 2019) é de 0,866 e tem uma população de aproximadamente 9.630.966 habitantes (segundo censo de 2018). Vale ressaltar que o EAU faz parte de grande parte das organizações internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização Internacional do Trabalho (OIT), dentre outras.

A relação do país com a comunidade LGBT+

Os Emirados Árabes Unidos assim como a maioria dos países em sua região, não asseguram nenhum tipo de direitos à comunidade LGBT+, incentivando assim a discriminação e intolerância em seu território. Com leis que criminalizam, mandatos de prisão que podem chegar a 14 anos, possível pena de morte e uma mídia ofensiva que propaga um discurso de ódio e ridiculariza todo tipo de expressão contrária a moral e costumes religiosos tradicionais do país, a maioria da comunidade LGBT+ oculta sua identidade, devido ao alto risco que corre. Deste modo, sua luta por igualdade e direitos é clandestina, visto

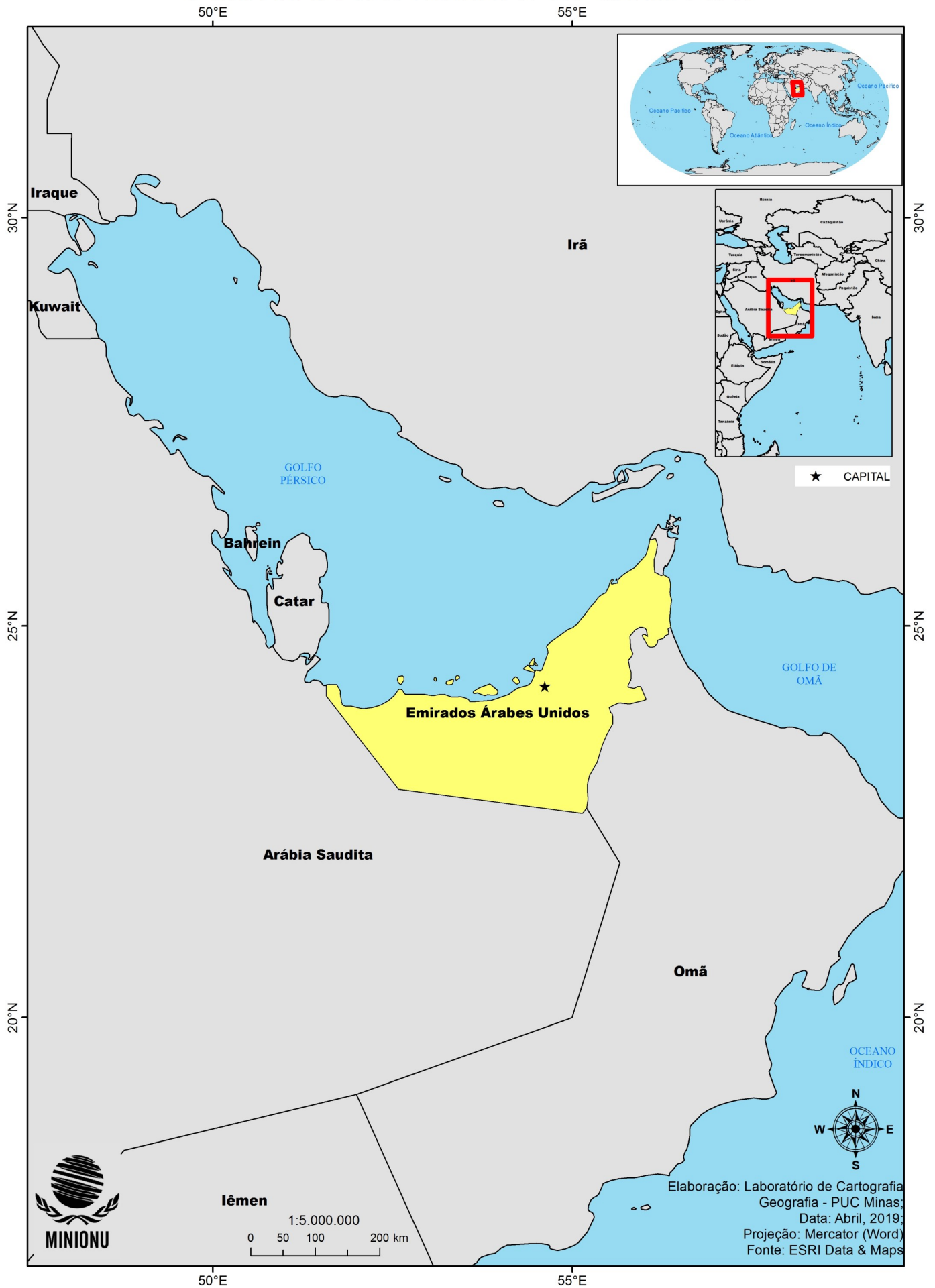
que nem mesmo as instituições de direitos humanos que atuam no país abordam questões sobre orientação sexual e identidade de gênero (SOGI) e as violências e preconceitos em torno dessas questões. Considerados como um “perigo para a sociedade”, não são só os cidadãos do país pertencentes à comunidade LGBT+ que sofrem a opressão, mas também todos os turistas pertencentes a ela, já que, além de sofrerem consequências das leis discriminatórias, são suscetíveis a deportação.

O comprometimento do país com a EDH e com a EIS

O contexto de intolerância e rejeição no país, expresso por rígidas leis, se reflete no âmbito educacional, onde a comunidade LGBT+ também não encontra espaço. A Ásia em sua maioria apresenta porcentagens altas de violência homofóbica e transfóbica nas escolas, sendo a psicológica através de *bullying* cibernético, a mais relatada na região, seguida por violências físicas e sexual. Deste modo, o comprometimento do país com a Educação em Direitos Humanos (EDH) e com a Educação Integral em Sexualidade (EIS) é praticamente impossível no contexto atual, devido a suas legislações e costumes que censuram e condenam como “princípios destrutivos” qualquer tipo de informação que se relacione às questões da comunidade LGBT+.



EMIRADOS ÁRABES UNIDOS





Dossiê

Estado do Catar

INFORMAÇÕES

POR UNESCO 2020

O país

Estado do Catar é um país que se localiza no Oriente Médio, e faz fronteira com o Golfo Pérsico e a Arábia Saudita. De acordo com o banco de informações da CIA, o país conquistou sua independência em relação ao Reino Unido apenas em 1971. O Catar segue o regime de monarquia absoluta, cuja língua oficial é o árabe e a moeda oficial é o rial catariense, sua atual capital é Doha. O país tem aproximadamente 2,4 milhões de habitantes, sendo o islamismo a principal religião praticada pela população. Possui uma economia baseada nos recursos de petróleo e gás natural, sendo a principal fonte do país. Além disso, também teve ganhos econômicos significativos no fortalecimento de outros setores, como manufatura e serviços financeiros. Catar mantém sua participação com organizações, como o Fundo Árabe para Desenvolvimento Econômico e Social, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (GCC).

O país e a comunidade LGBT+

O Estado do Catar tem um posicionamento bastante conservador em relação a homossexualidade, e por isso ainda é um dos países que criminaliza relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, e tecnicamente apresenta como punição a pena de morte para homens muçulmanos que apresentam comportamentos sexuais com outro homem. No entanto, o relatório *State Sponsored Homophobia* publicado pela associação ILGA - que se dedica em promover igualdade de direitos às pessoas LGBT+ em todo o mundo - afirma que não foi registrado que alguma pessoa tenha sido executada por esse motivo.

Foram relatados casos polêmicos envolvendo cidadãos de outros países que supostamente tiveram relações sexuais com pessoa do mesmo sexo no território catariense, como em 1995 que um cidadão americano recebeu 90 chicotadas, ou em 1997 que houve a deportação de 36 filipinos gays. Além disso, em 2013, o país concordou em realizar testes para impedir que indivíduos LGBT+ entrassem em qualquer Estado que fizesse parte do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (GCC), incluindo o Catar. Por esse histórico evidenciar as respostas violentas do Estado como tentativa de combater a homossexualidade, o país foi muito criticado ao confirmar que irá sediar a Copa Mundial da FIFA em 2022.

O país e o seu comprometimento com a EDH e com a EIS

Por se tratar de um país conservador, falar sobre educação sexual é ainda um tabu. O assunto só é tratado quando se refere à reprodução humana, caso contrário, não possui apoio da população e do Estado para ser abordado em escolas. Desse modo, temas que refletem orientação sexual e identidade de gênero não tem espaço nas salas de aulas, uma vez que as autoridades reforçam que relacionamentos homoafetivos não podem ser tolerados, além de não reconhecer a existência de pessoas transgênero. Portanto, não há nenhum incentivo para que haja o debate acerca da inclusão de pessoas LGBT+ em ambientes educacionais ou que estas tenham seus direitos assegurados pelo Estado.



ESTADO DO CATAR





Dossiê

Estados Unidos da América

INFORMAÇÕES

POR UNESCO 2020

O país

Os Estados Unidos da América é o terceiro maior país do mundo, com uma área de 9.833.517 Km², encontra-se localizado na América do Norte. Seu território faz fronteira ao norte com o Canadá e ao sul com o México e é constituído por 50 estados, um distrito federal, além de ilhas no Pacífico. O sistema de governo é o de república federal constitucional, com Donald J. Trump como atual presidente, sendo sua capital em Washington D.C., seu idioma oficial o inglês, a moeda utilizada o dólar americano, um IDH de 0,920 (2019) e população de aproximadamente 326.766.748 habitantes (segundo censo de 2018). Com um PIB per capita de aproximadamente US \$ 59.500, os EUA formam a maior economia nacional do mundo. Ademais o país, além de membro ativo das principais organizações internacionais, tem em seu território a sede da ONU.

A relação do país com a comunidade LGBT+

O país, muitas vezes referido como terra da liberdade, com um histórico de inúmeras conquistas de direitos de igualdade pela comunidade LGBT+, tem nos últimos anos, desde a eleição do presidente Donald J. Trump, registrado um retrocesso a este respeito. Os grupos e organizações que lutam incansavelmente pelos direitos das minorias sexuais, mesmo sendo muitos, têm enfrentado nos últimos anos, uma oposição fortalecida pelo novo governo. O governo de Trump, apoiado pelo partido republicano (conservador) e grupos religiosos, tem tentado dismantlar leis de proteções contra a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero em todos os setores. As ações realizadas pelo presidente têm prejudicado principalmente as pessoas transgênero, com medidas como, por exemplo, proibir que pessoas trans

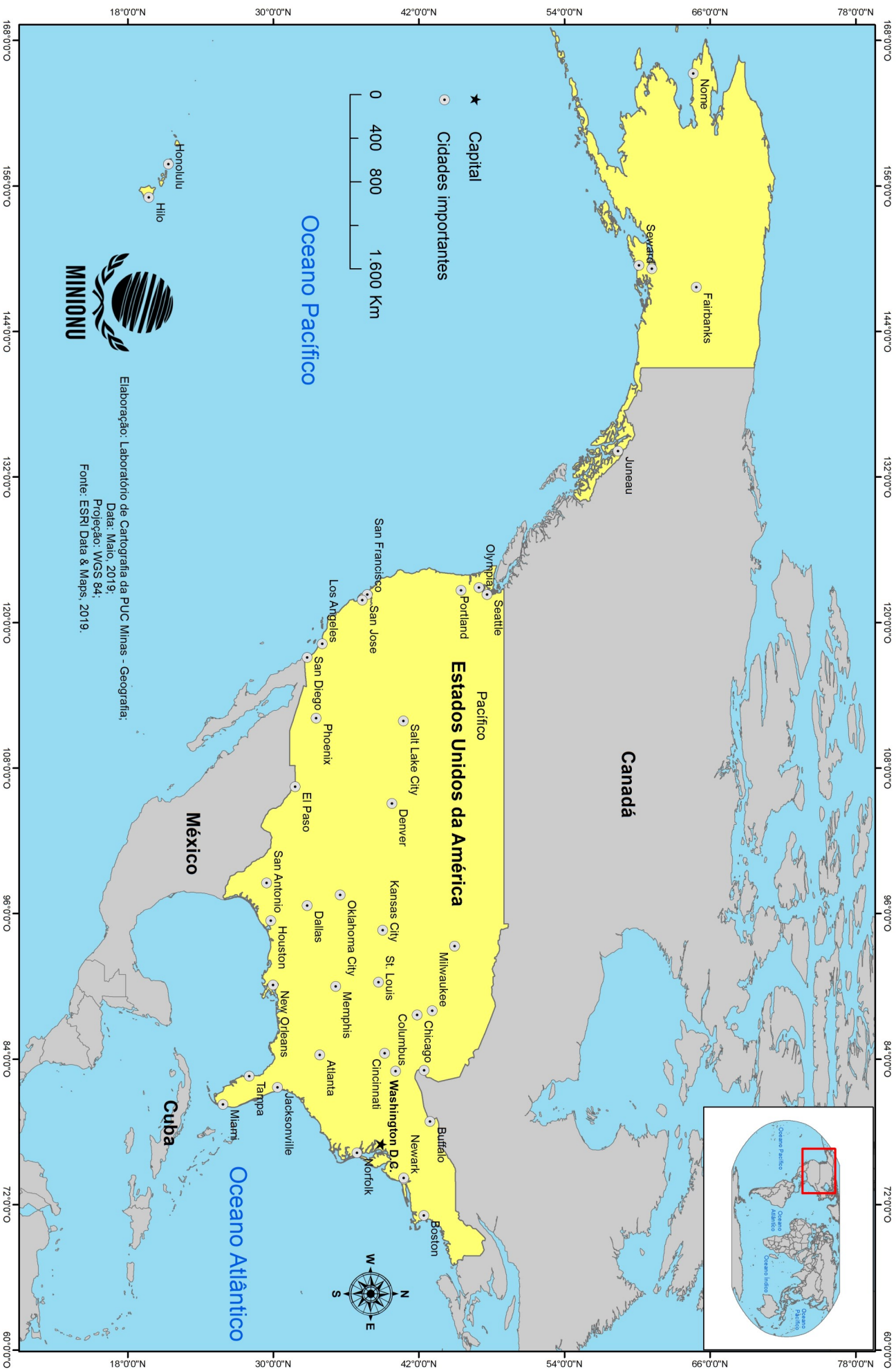
sirvam nas forças militares americanas, estabelecer uma definição legal de sexo, determinado em base biológica, entre outras discriminações. Devido ao contexto político atual do país é nos estados americanos, que possuem liberdade legislativa, que mora a esperança pela luta por igualdade e garantia dos direitos da comunidade LGBT+. Estados como a Califórnia, Massachusetts, Virginia, entre outros já possuem leis que proíbem a discriminação baseada na orientação sexual e identidade e expressão de gênero, além de outras a este respeito.

O comprometimento do país com a EDH e com a EIS

Nos EUA cada estado tem autonomia para elaborar e aplicar leis, tendo assim diferenças entre eles, a respeito de questões relativas à comunidade LGBT+, o que afeta de diferentes formas o setor educacional. Existem estados, como a Califórnia, que possuem leis específicas, com programas de promoção da diversidade sexual nas escolas, se comprometendo deste modo fortemente com a Educação em Direitos Humanos (EDH) e com a Educação Integral em Sexualidade (EIS) e outros mais conservadores, como o Texas, que não são muito inclusivos e possuem leis que permitem, por exemplo, a demissão de funcionários com base na orientação sexual e na identidade e expressão de gênero. Contudo, menos da metade dos estados possuem leis que explicitamente proíbem a discriminação e asseguram os direitos da comunidade LGBT+. Isto se reflete no âmbito escolar que ainda é muito preconceituoso. Nos EUA, pesquisas realizadas sobre a violência homofóbica e transfóbica nas escolas mostram que há um número alto de jovens LGBT+, que se sentem inseguros em ambientes escolares.



ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA





Dossiê

The Global Alliance for LGBT Education

INFORMAÇÕES

POR UNESCO 2020

A organização

A *Global Alliance for LGBT Education* (GALE), ou Aliança Global para a Educação LGBT+, é uma associação de aprendizado que reúne educadores, ativistas e políticos visando promover a inclusão de membros da comunidade LGBT+ na educação. Esse objetivo se dá frente a observação pela GALE sobre a desvantagem enfrentada por essa minoria no que tange a discriminação baseada em orientação sexual e identidade/expressão de gênero. Para alcançar esse objetivo, a GALE realiza diversos programas, atividades e projetos educacionais, trabalhando com outras instituições e organizações, como a ILGA (*The Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association*), para combater a discriminação e promover a inclusão e o debate. Além disso, a GALE reúne também informações sobre as situações educacionais de vários países e realiza diversas reportagens sobre a população LGBT+ e a educação ao redor do mundo, construindo materiais tanto para a comunidade pedagógica mas também ativistas e para as autoridades dos Estados.

A organização, a população LGBT+ e a educação

A organização, como abordado anteriormente, tem como principal bandeira a inclusão. Dessa forma, a organização tem diversos conteúdos para tratar a problemática da discriminação e suas consequências sobre o acesso à educação para a população LGBT+. Uma dessas consequências seria por exemplo o abandono escolar por membros desse grupo em razão do *bullying* sofrido por esses indivíduos ao longo de sua vida escolar. Nesse contexto, a GALE produz diversos relatórios no que tange a presença das questões LGBT+ dentro dos currículos escolares de países no mundo todo. A elaboração desses conteúdos pela organização tem como método a análise de cinco convenções internacionais sobre educação e discriminação fundamentadas na Declaração

Universal de Direitos Humanos pelas Nações Unidas, e elenca, através de lista, quais pontos deveriam ser cumpridos por cada país em seu sistema educacional em relação aos padrões internacionais no que tange o acesso a escola, os currículos e os profissionais da educação. Essas análises tem como resultado o julgamento desses países quanto aos seus compromissos frente a temática LGBT+, e os classificam em grau de apoio a essas questões. Esses conteúdos desenvolvidos pela GALE, além de contribuir para a divulgação sobre a realidade da educação sobre questões LGBT+ em uma escala global contribuem também para transformar essas realidades. Em guia, a organização apresenta operações estratégicas para tratar de países que não apoiam, que apoiam ou que apresentam de forma ambígua, além de formas para remediar obstáculos nesses processos. Além disso, possui diversos projetos e instruções sobre a integração de questões como combate a discriminação, nos currículos escolares, além de apresentação de políticas escolares para erradicar o *bullying* sofrido por essas pessoas. Ademais, em outra frente de ação da organização, ocorre a divulgação de notícias sobre progressos ou retrocessos de políticas educacionais sobre a diversidade e população LGBT+ em todo o mundo. Dessa forma, considerando a relevância da GALE e a importância da mesma na produção de conteúdos e denúncias no combate a discriminação no mundo todo, principalmente levando em consideração seus trabalhos direcionados a área educacional, a organização é de extrema importância para as discussões que se darão no comitê no que tange a demonstração das consequências dessa discriminação e da falta de compromisso de vários Estados para a população LGBT+ no âmbito da educação.





Dossiê

Gay, Lesbian and Straight Education Network

INFORMAÇÕES

POR UNESCO 2020

A organização

Gay, Lesbian and Straight Education Network (GLSEN) refere-se a uma organização dos Estados Unidos fundada por um grupo de professores em 1990. Atua no setor educacional focada no ensino fundamental e médio, proporcionando o engajamento de educadores e alunos em pautas de mudanças positivas na aprendizagem. Tais mudanças consistem na garantia de acesso de pessoas LGBTQ+, na redução da discriminação, *bullying* e assédio com base na orientação sexual e identidade de gênero em ambientes escolares. A GLSEN objetiva transformar as escolas em um ambiente inclusivo, respeitoso e seguro para todos os jovens.

GLSEN, a população LGBTQ+ e a educação

O projeto da organização *Gay, Lesbian and Straight Education Network* é voltado para produção e divulgação de estudos baseados em pesquisas extensas e originais. Possui como finalidade, informar suas soluções para as escolas - de ensino fundamental e ensino médio - serem mais inclusivas, além de evidenciar a vida das pessoas LGBTQ+ dentro desse ambiente. Desse modo, reconhecendo o *bullying* enfrentado pelos jovens LGBTQ+ no ambiente escolar como uma problemática que urge ser combatida, uma vez que causa impactos negativos para o aprendizado e o bem-estar da vítima, GLSEN apresenta um artigo denominado "*Promising Strategies for Prevention of the Bullying of Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Youth*" que foi publicado na revista *The Prevention Researcher* (2012). Tal artigo baseia-se em uma pesquisa que expõe dados sobre a experiência escolar de jovens entre os anos 1999 e 2009, e a partir disso, disponibiliza um conjunto de estratégias para evitar e

prevenir os impactos da intimidação. Além disso, ressalta o papel fundamental que família, agências e organizações nacionais possuem no combate do *bullying* sofrido pelas vítimas, na medida em que podem ser fonte de apoio para as pessoas LGBTQ+. Ademais, apresenta como manual, cujo o título é *LGBT-Parent Families*, que faz uma análise interdisciplinar com contribuições de acadêmicos em psicologia, sociologia, desenvolvimento humano, estudos de família, estudos de gênero, estudos de sexualidade, estudos jurídicos, trabalho social e antropologia. Por meio disso, promove uma discussão que vai além de gênero e sexualidade, abordando também classe social, raça e etnia, sendo de extrema importância para se fazer uma análise em torno da comunidade LGBTQ+ em meios familiares. Foi publicado, também pela organização, um relatório denominado *Separation and Stigma: Transgender Youth and School Facilities*, como colaborador do desenvolvimento do *Movement Advancement Project (MAP)*. Tal relatório faz uma análise acerca do acesso e da inclusão de estudantes transgêneros nas escolas em âmbito federal, estadual e local. Através de pesquisas, o relatório evidencia que vários estudantes que se identificam com outro gênero experimentam discriminação e se sentem inseguros no ambiente escolar por causa de suas expressões de gênero e são mais propensos a sofrerem violência física e psicológica, como também não tem pleno acesso a todas as instalações das instituições. Além disso, examina leis estaduais que protegem estudantes transgêneros baseada na proibição de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, mas que não possuem a implementação efetiva em todos os estados americanos.



Dossiê

República Islâmica do Irã



INFORMAÇÕES

POR UNESCO 2020

O país

A República Islâmica do Irã está localizada no Oriente Médio, sudoeste da Ásia, tendo como capital a cidade de Teerã. O país tem como idioma oficial o persa, possui como moeda o Rial iraniano e tem uma maioria religiosa muçulmana (cerca de 99,4%). O Irã se encontra em um contexto instável, tendo se envolvido em uma guerra que durou muitos anos com seu vizinho, o Iraque. Essa guerra impactou significativamente a economia e a sociedade iraniana. Ademais, vale mencionar que o país é banido da sociedade internacional em razão de suspeitas do apoio do mesmo ao terrorismo. No que se refere a educação, o país possui apenas 85% de sua população em idade adulta alfabetizada.

O país e a comunidade LGBT+

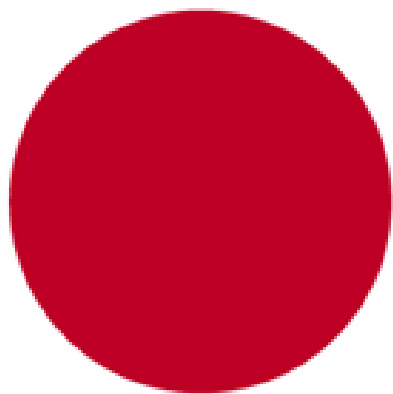
No Irã, a comunidade LGBT+ é fortemente perseguida pelo Estado, de forma que práticas sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo gênero são estritamente proibidas segundo a legislação do país e punidas com açoitamento e, em alguns casos, pena de morte. Essa perseguição é justificada por autoridades iranianas, como o Primeiro Ministro Mohammad Zarif, enquanto embasada por princípios morais da sociedade. Além disso, uma vez que a própria violência é perpetrada pelo regime, não existem mecanismos protetivos contra a discriminação à corpos LGBT+ ou quaisquer legislação voltada a garantia de direitos civis a essas pessoas. Tem-se conhecimento ainda de que práticas como a terapia de conversão são comuns no país, incluindo a aplicação de choques, medicação e hormonização, como formas de mudar a orientação sexual e identidade de gênero desses indivíduos. Ademais, apesar da homossexualidade ser condenada, a transexualidade é reconhecida por líderes religiosos, no entanto, formas de

atração sexual que não correspondem a norma heterossexual são tidas como disforia de gênero, que, segundo eles, deveriam ser tratadas com terapias de conversão e cirurgias de redesignação sexual, sendo estas comumente realizadas sem o consentimento dos indivíduos.

O comprometimento do país com a EDH e com a EIS

Após a revolução islâmica no país, o sistema educacional iraniano sofreu uma islamização, de modo que questões como educação em direitos humanos passaram a serem observadas baseadas apenas nos preceitos morais do Islamismo. Além disso, houve um aumento exponencial de aulas religiosas no currículo escolar. No caso da educação sexual, frente a existência de proibições morais na sociedade referentes ao sexo antes do casamento, a educação sexual para jovens é tida como inaceitável pela sociedade, que usa como embasamento questões morais e religiosas. Assim, esses tópicos nos currículos iranianos são restritos e inadequados, além de serem frequentemente pulados por professores, que não tem interesse em tocar nesses assuntos em sala de aula. Toda essa conjuntura, não apenas referente aos currículos escolares, mas também os entendimentos da sociedade iraniana e do próprio Estado sobre a comunidade LGBT+, fazem com que a discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero sejam extremamente comuns em escolas iranianas. Ademais, essa discriminação vem, inclusive, de autoridades escolares, e causa diversos danos a juventude LGBT+ iraniana.





Dossiê

Japão

INFORMAÇÕES

POR UNESCO 2020

O país

O Japão é um país localizado na Ásia Oriental, um arquipélago entre o Oceano Pacífico Norte e o Mar do Japão. O país tem uma área de 377.915 Km², sua capital é Tóquio, a língua oficial é o japonês, a moeda utilizada é o iene e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH 2019) de 0,915 é alto. Com população de aproximadamente 127.202.190 habitantes (segundo censo de 2018), o Japão se encontra entre os dez mais populosos do mundo. Seu sistema de governo adotado é uma monarquia constitucional parlamentar, que tem como chefe de estado o imperador, que atualmente é o imperador Naruhitu.

A relação do país com a comunidade LGBT+

O Japão, mesmo tendo um histórico não muito positivo em relação à garantia de direitos e igualdade da comunidade LGBT+ e com forte presença de grupos contrários à mesma, vem se tornando cada vez mais um ponto de esperança na Ásia para a comunidade. As olimpíadas previstas para 2020 têm gerado grandes progressos a respeito dos direitos humanos no país, visto que este começou a adotar medidas que garantam o bem estar de turistas, pertencentes à comunidade LGBT+, que viriam a cidade. Assim, em 2018, foi aprovado um Decreto pelo governo de Tóquio, que proíbe discursos de ódio e comportamentos discriminatórios baseados na orientação sexual e identidade de gênero. O Decreto fez também com que o governo se comprometesse a conduzir educação pública sobre os direitos de orientação sexual e identidade e expressão de gênero (SOGIE). Mesmo sendo um cenário político promissor o país ainda não conta com leis nacionais que protejam as minorias sexuais. Não há o reconhecimento do casamento de pessoas do mesmo sexo

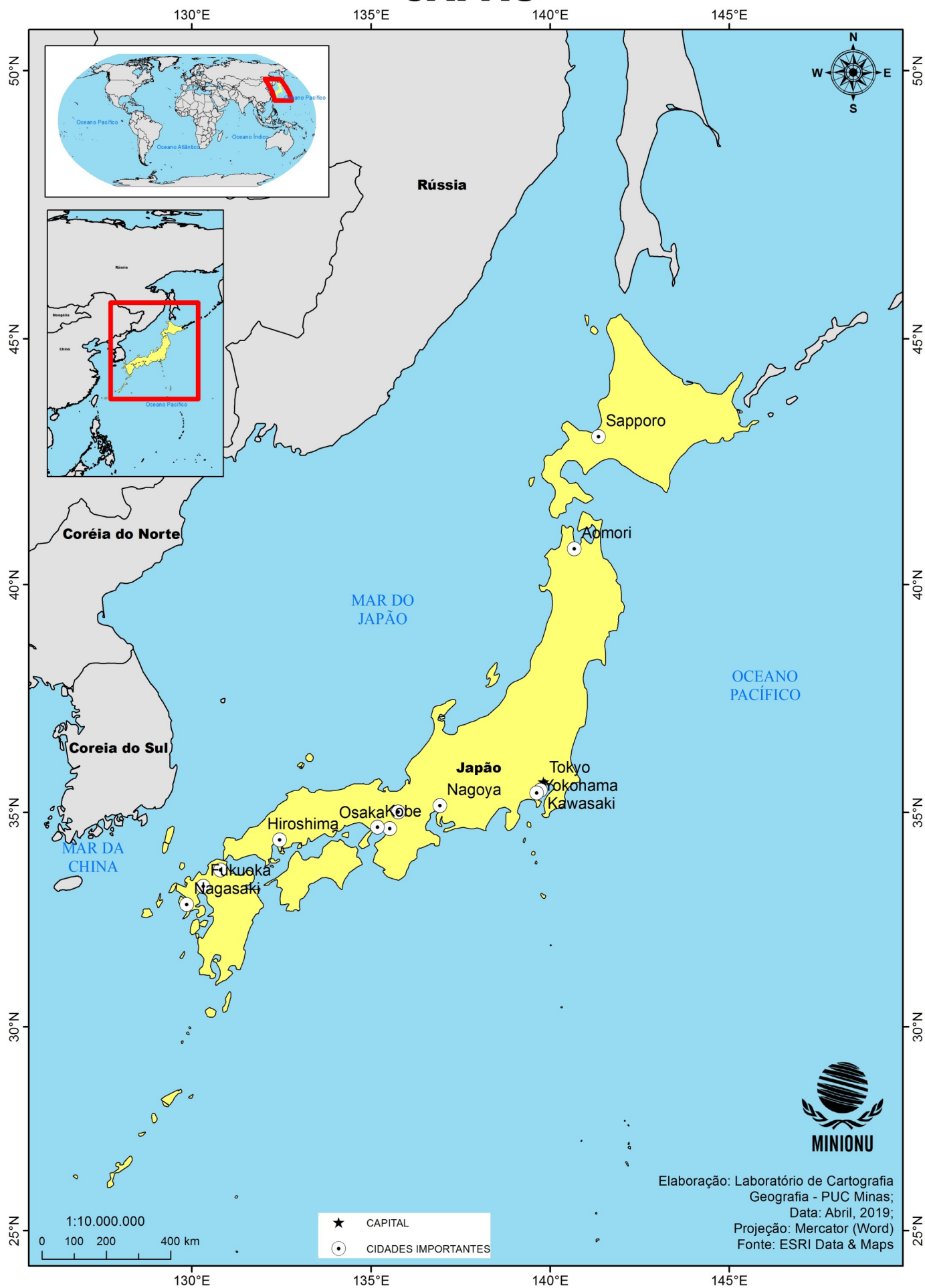
e há ainda uma lei abusiva e discriminatória, que obriga pessoas transgênero que queiram ter sua identidade de gênero reconhecida, a obterem um diagnóstico de "Transtorno de Identidade de Gênero" (GID).

O comprometimento do país com a EDH e com a EIS

Toda a região da Ásia apresenta altas taxas de violência homofóbica e transfóbica nas escolas, e no Japão não é diferente, sendo ele um dos países com porcentagens mais elevadas. O tipo de violência mais recorrente nas escolas japonesas é o *bullying*, que afeta de maneira mais direta os estudantes LGBT+. Mesmo havendo um crescente apoio governamental e debate acerca de direitos iguais para a comunidade LGBT+ no país, relatório produzido pela *Human Rights Watch* (2016) mostra que as políticas de prevenção ao *bullying* e o currículo nacional não são inclusivos e falham em assegurar uma educação igualitária. Não abordam especificamente questões relativas às minorias sexuais e não fornecem um treinamento adequado aos professores para lidar com questões que envolvam gênero e sexualidade. No relatório é ressaltada também a questão relativa ao fato de estudantes transgênero precisarem apresentar o diagnóstico de "Transtorno de Identidade de Gênero" (GID), para ter acesso à educação, o que faz com que o ambiente escolar seja ainda mais difícil e discriminatório para esses jovens. As medidas do Ministério da Educação do Japão em prol de assegurar um ambiente escolar mais seguro para todos, não tem sido muito efetivas até o momento, mas apresentam um certo comprometimento com a Educação em Direitos Humanos (EDH) e com a Educação Integral em Sexualidade (EIS).



JAPÃO





Dossiê

Nova Zelândia

INFORMAÇÕES

POR UNESCO 2020

O país

Nova Zelândia é um país que se localiza na Oceania, e compreende duas ilhas principais – as ilhas do Norte e do Sul. De acordo com o banco de informações da CIA, o país conquistou sua independência em relação ao Reino Unido em 1907. A Nova Zelândia segue o regime de uma democracia parlamentar sob uma monarquia constitucional, na qual as línguas oficiais são o inglês e o maori, e a moeda oficial é o dólar neozelandês. Sua atual capital é Wellington. O país tem aproximadamente 4,9 milhões de habitantes, sendo o cristianismo a principal religião praticada pela população. Possui uma economia de livre comércio mais industrializada, mantendo uma rede de acordos como uma das principais prioridades de sua política externa.

O país e a comunidade LGBT+

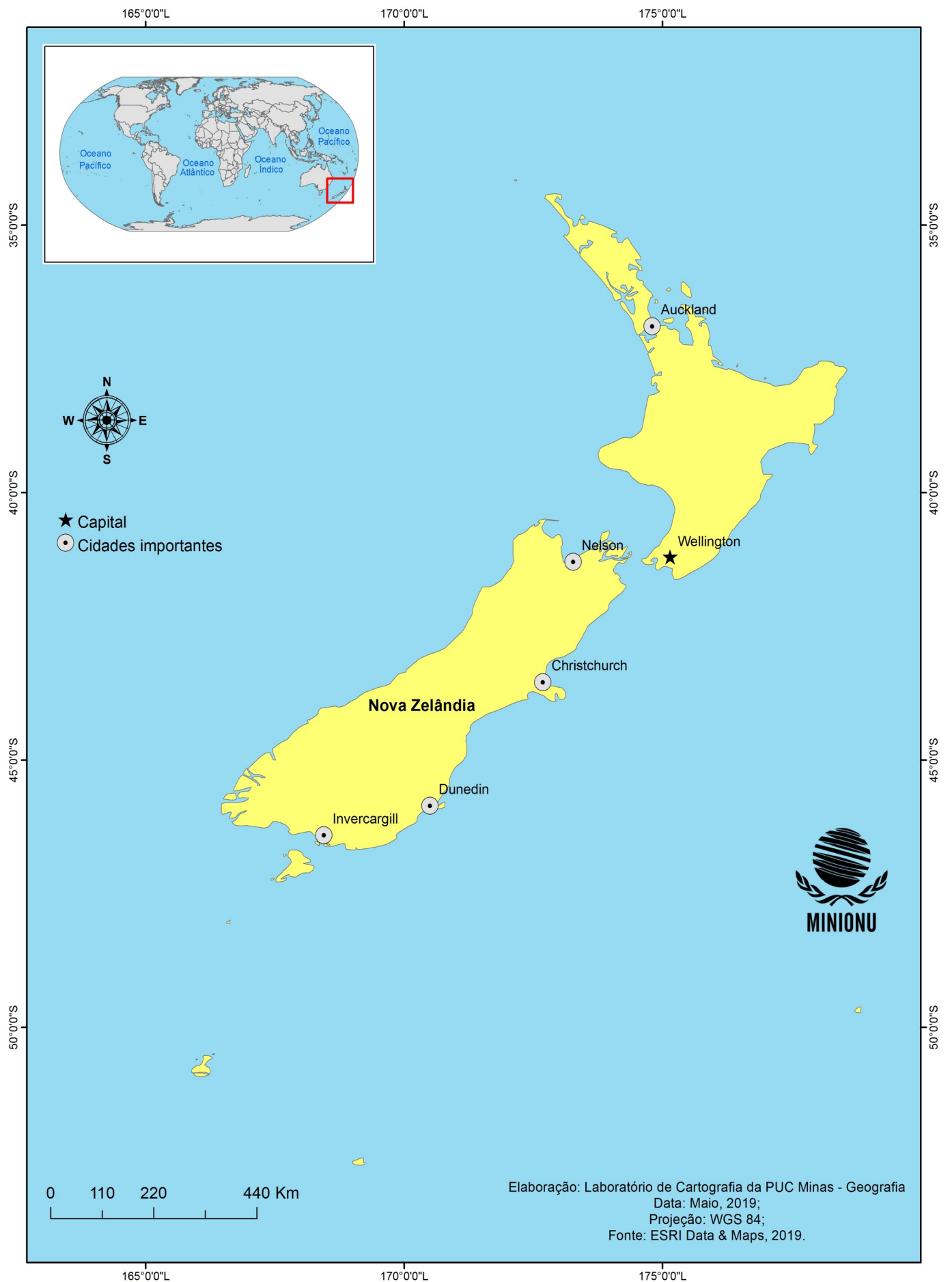
Em 1986, o país descriminalizou a homossexualidade, retirando do registro criminal as condenações por relacionamento entre pessoas LGBT+. Em 2007, o Parlamento da Nova Zelândia reconheceu os danos causados pela criminalização e se desculpou pela política realizada nos anos que antecederam 1986. Logo em seguida, alterou uma lei de Direitos Humanos, proibindo qualquer tipo de discriminação baseada na identidade de gênero e status intersexo. Além disso, se tornou o primeiro país da Oceania que aprova a união homossexual e que coloca em vigor o projeto de lei que legaliza o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

O país e o seu comprometimento com a EDH e com a EIS

Nova Zelândia aplica o programa de Educação Integral em Sexualidade (EIS) em seu sistema educacional, uma vez que entende como necessário abordar sobre sexualidade de uma maneira natural e saudável desde os primeiros anos de vida. O programa de educação sexual promove uma discussão acerca do conhecimento do corpo, estimulando o respeito à diversidade entre os alunos, e explicando sobre consenso, doenças sexuais e prazer. Dessa forma, promove a inclusão de jovens LGBT+ em ambiente escolar, ao tornar este espaço mais respeitoso e receptivo, de maneira a naturalizar essas questões que em muitas regiões são consideradas tabus, e que consequentemente, se tornam um empecilho para o desenvolvimento socioeconômico, uma vez que ao não abordar tais temas abre espaço para que pessoas LGBT+ não tenham acesso aos seus direitos básicos e se tornam marginalizadas e propensas a sofrer vários tipos de violência. A Comissão de Direitos Humanos é uma instituição nacional da Nova Zelândia que opera através da Lei de Direitos Humanos de 1993, e defende uma educação em direitos humanos, na qual os indivíduos possam ter o primeiro contato sobre direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. Entendem que dessa forma, incentivam os indivíduos a aplicar seus direitos e responsabilidades, além de promover a compreensão, reconhecimento e igualdade entre todas as pessoas.



NOVA ZELÂNDIA



Dossiê

Reino da Arábia Saudita



INFORMAÇÕES

POR UNESCO 2020

O país

O Reino da Arábia Saudita com 2.149.690 Km² de extensão é um país localizado no Oriente Médio que faz fronteira com Jordânia, Iraque, Kuwait, Catar, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Omã e Iêmen do Sul. O país adota uma monarquia absoluta, que tem, desde 2015, Salman Bin Abd Al-Aziz Al Saud como rei. Sua capital é Riad, o idioma oficial é o árabe, a moeda é o Rial saudita, o IDH é de 0,857 (2019) e a população é de aproximadamente 33.702.757 habitantes (segundo censo de 2018). O país é berço do Islã e possui em seu território dois dos seus santuários mais sagrados. É um dos principais produtores de petróleo e gás natural, detendo, assim, cerca de 16% das reservas mundiais e sendo, deste modo, membro importante da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

A relação do país com a comunidade LGBT+

O cenário no Reino da Arábia Saudita a respeito da garantia de direitos à comunidade LGBT+ é ainda muito intolerante e discriminatório. A homossexualidade é considerada crime, embora não existam leis oficiais sobre orientação sexual ou identidade de gênero no país. Tal criminalização se baseia, contudo, em princípios islâmicos da Lei Sharia, podendo chegar à pena de morte. Há, além disso, uma lei específica que busca a garantia dos valores morais e religiosos vigentes, a Lei de Crimes Cibernéticos (*Cyber Crime Law*), sendo esta usada quando questões LGBT+ cheguem na mídia, de modo a poder persegui-los e condená-los. Com relação à moralidade existe ainda no país o "Committee for the Propagation of Virtue and the Prevention of Vice" (Comitê para a Propagação da Virtude e Prevenção do Vício), que é responsável por prender qualquer um que haja contra os princípios da ortodoxia

fundamentalista islâmica, tendo como principal foco a comunidade LGBT+. Em suma, a Arábia Saudita não possui nenhuma garantia institucional quanto aos direitos LGBT+.

O comprometimento do país com a EDH e com a EIS

A invisibilidade e opressão sofrida pela comunidade LGBT+ no país não é diferente no setor educacional, em que há grande presença de violência homofóbica e transfóbica, como é o caso da maioria dos países na região asiática. É importante ainda salientar que o Reino da Arábia Saudita vem, ao longo dos anos, votando contra todas as propostas da Organização das Nações Unidas que visam inserir questões sobre orientação sexual e identidade e expressão de gênero (SOGIE) nas diretrizes de direitos humanos. Foram, inclusive, realizados pedidos, sem muito sucesso, em 2016, pelo Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas, para que o país combatesse a constante discriminação a que as crianças LGBT+ estão submetidas. Assim sendo, devido ao contexto atual, não existe a possibilidade de comprometimento do país com a Educação em Direitos Humanos (EDH) e com a Educação Integral em Sexualidade (EIS).





Dossiê

Reino da Bélgica

INFORMAÇÕES

POR UNESCO 2020

O país

A Bélgica, oficialmente Reino da Bélgica, é um país que se localiza na Europa Ocidental, e faz fronteira com o Mar do Norte entre a França e os Países Baixos. De acordo com o banco de informações da CIA, o país conquistou sua independência em relação aos Países Baixos em 1830, mas foi ocupado pela Alemanha ao longo da Primeira e Segunda Guerra Mundial e, atualmente, segue o regime de uma democracia parlamentar federal sob uma monarquia constitucional, na qual as línguas oficiais são holandes, francês e alemão e a moeda oficial é o euro. Sua atual capital é Bruxelas, cuja cidade abriga diversas organizações, como a União Europeia (UE) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). O país tem aproximadamente 11,7 milhões de habitantes, sendo o catolicismo romano a principal religião praticada pela população e possui uma economia bem diversificada que engloba serviços, transportes, manufatura e alta tecnologia, porém é extremamente dependente de fontes estrangeiras de combustíveis fósseis.

O país e a comunidade LGBT+

Em 2003, a Bélgica tornou-se um dos primeiros países a legalizar o casamento homoafetivo e, por conseguinte, em 2006 estabeleceu o direito da adoção de crianças por casais homossexuais. Ainda em 2003, o Governo Federal aprovou uma lei que proibia qualquer tipo de discriminação baseada no sexo e na orientação sexual. Em 2007, houve alteração a qual a lei se tornou mais rigorosa em relação à punição para esse crime, porém ainda não incluía a temática baseada em identidade e expressão de gênero. Somente em 2013, após outra modificação da legislação, foi definida a proibição de

discriminação a respeito da orientação sexual e identidade de gênero. Além disso, também foi aprovada a mudança de sexo e de nome para pessoas trans, porém com algumas pré-condições que devem ser confirmadas por uma declaração médica. As exigências são em torno da convicção interna constante de pertencimento ao outro sexo, adaptação física e a incapacidade de gerar filhos de acordo com o sexo anterior. Outro avanço da legislação é em relação ao asilo de estrangeiros que se identificam como LGBT+ e que sofrem perseguição em seu país de origem com base na orientação sexual e identidade de gênero. Em 2014, as leis sobre residência e asilo de estrangeiros passaram a incluir explicitamente pessoas nessa situação, tornando indivíduos LGBT+ beneficiários de proteção internacional na legislação belga.

O país e o seu comprometimento com a EDH e com a EIS

Segundo pesquisa feita por GLSEN e *Columbia University* (2018), os estudantes LGBT+ se sentiam inseguros ao expressar orientação sexual e não tinham pleno acesso a infraestrutura das instituições, como banheiros e vestiários. Além disso, constatou o despreparo dos professores e funcionários para lidarem com questões homofóbicas e transfóbicas, surgindo, portanto, a urgência de treinamento. Após essa análise, a Bélgica introduziu um novo currículo escolar, o qual contém a aplicação do programa de educação obrigatória a respeito da identidade de gênero e sexual para alunos do Ensino Médio, uma vez que compreendem a necessidade de abordar e educar os estudantes sobre temáticas em torno da orientação sexual, expressões e questões de gênero.





Dossiê

Reino da Noruega

INFORMAÇÕES

POR UNESCO 2020

O país

O Reino da Noruega localiza-se na parte ocidental da península escandinava no norte da Europa e compreende uma extensão territorial de 323.802 Km². O território norueguês possui uma fronteira marítima de 2.650 km e limita-se ao norte com o oceano Ártico, a leste com a Rússia, Finlândia e Suécia, ao sul com o estreito de Skagerrak e a oeste com o Mar do Norte. As expectativas de vida da Noruega estão entre as mais altas do mundo. Sua capital é Oslo, seu idioma oficial é o norueguês, seu IDH é de 0,954 (2019) e sua população é de aproximadamente 5.337.960 habitantes (segundo censo de 2018). O país adota uma monarquia constitucional parlamentar, com Erna Solberg como primeira ministra atual. E, ademais, a Noruega, além de membro das principais organizações internacionais, faz parte do Conselho Nórdico e da Associação Européia de Livre Comércio (mesmo não sendo membro da União Europeia).

A relação do país com a comunidade LGBT+

A Noruega é um país que possui um histórico de suporte à comunidade LGBT+ já de longa data, tendo em seu território forte presença de ativistas e ONGs, que garantem que a luta pelos direitos seja contínua. As relações homossexuais são legais no país desde 1972 e durante os anos de 1982, 1994 e 2005 foram criadas leis que criminalizam qualquer tipo de discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero (SOGI), além de que, desde 2009 é permitido o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Mesmo sendo um cenário muito positivo, a comunidade LGBT+, encontra ainda no país oposição por parte de grupos cristãos conservadores e mulçumanos. E durante muitos anos, o país adotou práticas

discriminatórias que desrespeitam o direito de pessoas transgênero, como é o caso da exigência de esterilização irreversível e obtenção de diagnóstico psiquiátrico para a realização do reconhecimento legal de gênero. Porém, felizmente em 2016, atos de ativistas e ONGs norueguesas em conjunto com a Anistia Internacional, levaram o governo norueguês a adotar uma nova lei que permite o reconhecimento legal de gênero sem que haja a necessidade de realização de qualquer um daqueles processos.

O comprometimento do país com a EDH e com a EIS

O governo do país adota uma política de educação para todos e demonstra preocupação em combater a discriminação e em incluir questões associadas à comunidade LGBT+ nas mais diversas áreas, o que abrange a da educação. Orientação sexual e identidade de gênero são parte do currículo das escolas públicas norueguesas, o que mostra que o país tem um forte comprometimento com a Educação em Direitos Humanos (EDH) e com a Educação Integral em Sexualidade (EIS). Há políticas claras no país em vista da proteção de todos os alunos quanto ao *bullying*, porém ainda se encontram taxas de certa forma elevadas de violência homofóbica e transfóbica nas escolas (em torno de 48%), principalmente quando comparadas às taxas de *bullying* sofrido pelos estudantes heterossexuais (em torno de 7%). Contudo, a Noruega ainda falha quanto à capacitação de professores a respeito do ensino de questões relacionadas à orientação sexual e identidade e expressão de gênero (SOGIE) e não possui nenhum tipo de ferramenta que obrigue as escolas particulares a adotarem as políticas inclusivas e protetoras.



Dossiê

Reino dos Países Baixos

INFORMAÇÕES

POR UNESCO 2020

O país

O Reino dos Países Baixos está localizado no continente europeu, fazendo fronteira com a Bélgica e a Alemanha. O país, que tem como capital a cidade de Amsterdã, tem o euro como moeda oficial e tem como idioma oficial o holandês. Ademais, a Holanda possui uma economia fortemente industrializada, com um PIB *per capita* de U\$D53.583, e é reconhecida mundialmente por sua tolerância social, tendo legalizado o uso da maconha e regulamentado a prostituição, além de ter sido o primeiro país no mundo a legalizar o casamento homoafetivo.

O país e a comunidade LGBT+

Como apontado anteriormente, os Países Baixos são tidos como um dos melhores países para se viver enquanto LGBT+ no mundo. Isso se dá principalmente em razão da legislação favorável e que protege a comunidade LGBT+. Além de ter sido o primeiro país a legalizar o casamento LGBT+ no mundo, em 2001, a legislação holandesa de proteção aos direitos LGBT+ avança frequentemente no que tange proteção contra discriminação desde 1994. Nesse âmbito, em julho de 2019, o 'Equal Treatment Act' adicionou proteções no que se referem a classificação e proibição de discriminação motivada por identidade e expressão de gênero, além de características sexuais. Outro avanço valioso na legislação holandesa frente a comunidade LGBT é a permissão de 'troca' de gênero sem necessidade de cirurgia ou terapia hormonal desde 2014. Além disso, a corte holandesa determinou também o reconhecimento do terceiro gênero, garantindo a opção de identificação enquanto gênero neutro. O país, além de garantir domesticamente o acolhimento de membros da comunidade LGBT+, ainda tem fortemente definido em sua

política externa que o suporte aos direitos LGBT+ no mundo são tidos como uma prioridade, de forma que o país advoca frequentemente em nome da proteção desse grupo internacionalmente. Um exemplo dessas considerações seria a resolução do congresso holandês de que uma das três principais prioridades da participação holandesa no Conselho de Direitos Humanos da ONU seria os Direitos Humanos LGBT+.

O comprometimento do país com a EDH e com a EIS

No que diz respeito a Educação em Direitos Humanos, o país possui um sistema educacional descentralizado, de forma que as escolas possuem grande autonomia. Além disso, a Holanda é signatária das principais convenções e possui sistema de fiscalização de cumprimento de diretrizes apontadas pelo governo no que tange educação em direitos humanos. Segundo relatório da UNESCO, a educação no que se refere ao respeito a diversidade sexual é obrigatório no país desde 2012, de forma que diversas disciplinas são encorajadas a introduzir o tópico de diversidade sexual e de gênero. O país tem realizado frequentes programas que visam combater diretamente a violência homofóbica e transfóbica no contexto escolar. No que se refere a Educação Integral Sexual, a mesma está presente nos currículos holandeses desde cedo, abordada de forma que abraça a sexualidade humana como parte da vida. Tal assunto está presente obrigatoriamente nas escolas desde os 4 anos de idade. Esse currículo tem como base o respeito a própria sexualidade assim como a sexualidade do próximo.





Dossiê

Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

INFORMAÇÕES

POR UNESCO 2020

O país

O Reino Unido localiza-se na Europa Ocidental com uma extensão territorial de 243.610 Km², composto por toda a ilha da Grã-Bretanha (Inglaterra, País de Gales e a Escócia) e pela Irlanda do Norte. Adota como forma de governo uma monarquia constitucional parlamentar, com a rainha Elizabeth II como chefe de Estado e também da Commonwealth (Comunidade das Nações). A capital é Londres, o idioma oficial é o inglês, a moeda é a libra esterlina, a população é de aproximadamente 67.141.678 habitantes (segundo censo de 2018) e o IDH é de 0,920 (2019). Ademais, o Reino Unido possui a terceira maior economia da Europa, foi um dos membros fundadores da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da Commonwealth (Comunidade das Nações), é um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança e foi um membro ativo da União Europeia.

A relação do país com a comunidade LGBT+

O Reino Unido, apesar de já ter sentenciado com a pena de morte atos homossexuais, tem demonstrado grande progresso quanto a questões LGBT+ desde 1967. Ano este em que os primeiros países componentes da nação, Inglaterra e País de Gales, legalizaram atos homossexuais. Escócia e Irlanda do Norte também legalizaram em 1981 e 1982 respectivamente. Desde 2003 a região vem criando leis que banem a discriminação e aprimorando as leis de reconhecimento de gênero de forma a incluir as pessoas transgênero que antes não possuíam nenhum direito legal. Na Inglaterra, País de Gales e Escócia o casamento entre pessoas do mesmo sexo é legalizado desde 2014, à exceção da Irlanda do Norte. A busca do país por um contexto nacional mais inclusivo, também pode ser ilustrada pela

pesquisa realizada pelo governo do Reino Unido em 2017, através de relatos da própria comunidade LGBT+. Esta pesquisa visava localizar em que aspectos seria necessário a implementação de medidas para uma maior garantia de direitos e combate à discriminação.

O comprometimento do país com a EDH e com a EIS

No Reino Unido questões relacionadas ao setor educacional são responsabilidade de governos locais. A principal frente, contudo, na garantia de uma educação para todos é constituída pela ação das três seguintes ONGs: *Stonewall*, *Schools Out* e *LGBT Youth Scotland*. Essas ONGs, além de ajudarem no combate à discriminação nas escolas auxiliam no treinamento de professores e na implementação de questões sobre orientação sexual e identidade e expressão de gênero (SOGIE) nos currículos escolares. Além disso, o Escritório de Padrões em Educação (OFSTED), fez com que as escolas levassem mais a sério o combate ao *bullying* baseado na orientação sexual e identidade de gênero, ao incluir essa questão como critério de avaliação das escolas. E até mesmo entre os anos de 2014 e 2017 foram realizados pela Igreja da Inglaterra, pelo Serviço de Educação Católica e pela Universidade de Santa Maria, Guias específicos para escolas católicas a respeito do combate ao *bullying* baseado na orientação sexual e identidade de gênero. Porém, mesmo com todas essas medidas, as taxas de *bullying* ainda são altas no Reino Unido, visto que em torno de 65% dos estudantes LGBT+ relatam terem sofrido *bullying*, taxa esta que aumenta para 75% em escolas religiosas. Em suma, o Reino Unido tem demonstrado forte comprometimento com a Educação em Direitos Humanos (EDH) e com a Educação Integral em Sexualidade (EIS).



Dossiê

República da Botsuana

INFORMAÇÕES

POR UNESCO 2020

O país

A República da Botsuana é um país localizado na África austral, com uma área territorial de 581.730 Km² de extensão, limitando-se entre Namíbia, Zimbábue e África do Sul. O país é um antigo protetorado britânico, que alcançou sua independência em 1966 e atualmente adota uma república parlamentar, com Mokgweetsi Masisi como atual presidente. Sua capital é Gaborone, o idioma oficial é o inglês, a moeda é o pula, seu IDH é de 0,728 (2019) e a população é de aproximadamente 2.254.067 habitantes (segundo censo de 2018). Botsuana tem como sua principal atividade econômica a extração mineral, sendo a de diamantes a principal. O país detém ainda, aproximadamente 25% da produção mundial de diamantes o que o torna um dos maiores produtores e exportadores mundiais.

A relação do país com a comunidade LGBT+

A comunidade LGBT+ não encontra um cenário muito favorável na República de Botsuana, tendo os ativistas e ONGs lutado muito por garantias mínimas de direitos, devido à forte oposição na política e pouca aceitação por parte dos cidadãos do país. Em 2018, por exemplo, eventos LGBT+ tiveram que ser adiados devido ao Ministério do Empoderamento da Juventude, Esportes e Desenvolvimento Cultural se recusar a hospedá-los. O país tem também constantemente votado nas Nações Unidas contra propostas que favoreçam e salvaguardem os direitos da comunidade LGBT+. E vem recusando todas as medidas de combate à discriminação baseada na orientação sexual e identidade e expressão de gênero (SOGIE), propostas pela Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Mas, mesmo perante cenário muito

pessimista, houve grande progresso em Botsuana nos últimos anos para a comunidade LGBT+. Em 2017, o país hospedou a Conferência: "Capacitando a juventude LGBTI: unindo-se para um futuro mais inclusivo", realizada pela ONG *LeGaBiBo*, organização que luta pelos direitos da comunidade LGBT+ no país, tendo conquistado seu reconhecimento legal em 2014. Em dezembro do mesmo ano, houve outra vitória para a comunidade quando uma pessoa trans ganhou o direito de mudar seu gênero nos documentos de identidade. Porém, foi em 2019 que a comunidade LGBT+ do país obteve uma das suas maiores conquistas até o momento, que foi a descriminalização de relações homossexuais.

O comprometimento do país com a EDH e com a EIS

No país, a comunidade LGBT+ ainda encontra pouco espaço, o que também fica nítido no ambiente educacional. Não há medidas de suporte às minorias sexuais ou inclusão de temas relacionados à orientação sexual e identidade e expressão de gênero (SOGIE) nas escolas, que por sua vez apresentam uma taxa de violência homofóbica e transfóbica em torno de 44,3%. Deste modo, não há atualmente um comprometimento do país com a Educação em Direitos Humanos (EDH) e com a Educação Integral em Sexualidade (EIS). Contudo, os avanços atuais quanto à garantia de direitos da comunidade LGBT+ e a grande presença de ativistas e ONGs, são um ponto de esperança de uma provável mudança nos próximos anos.





Dossiê

Reino da Suécia

INFORMAÇÕES

POR UNESCO 2020

O país

A Suécia, oficialmente Reino da Suécia, é um país que se localiza no Norte da Europa, e possui fronteira terrestre com a Finlândia e a Noruega e é limitado pelo Mar Báltico, Golfo de *Bothnia*, *Kattegat* e *Skagerrak*. De acordo com o banco de informações da CIA, o país segue o regime de uma monarquia constitucional parlamentar, na qual a língua oficial é sueco e sua atual capital é Estocolmo. A Suécia tem aproximadamente 10 milhões de habitantes, sendo o cristianismo a principal religião praticada pela população e possui uma economia combinada no livre mercado e no sistema de bem-estar, fortemente direcionado para exportação baseada em maquinários e equipamentos de telecomunicação. O país mantém-se fora da zona do euro, possuindo a sua moeda própria, a coroa sueca.

O país e a comunidade LGBT+

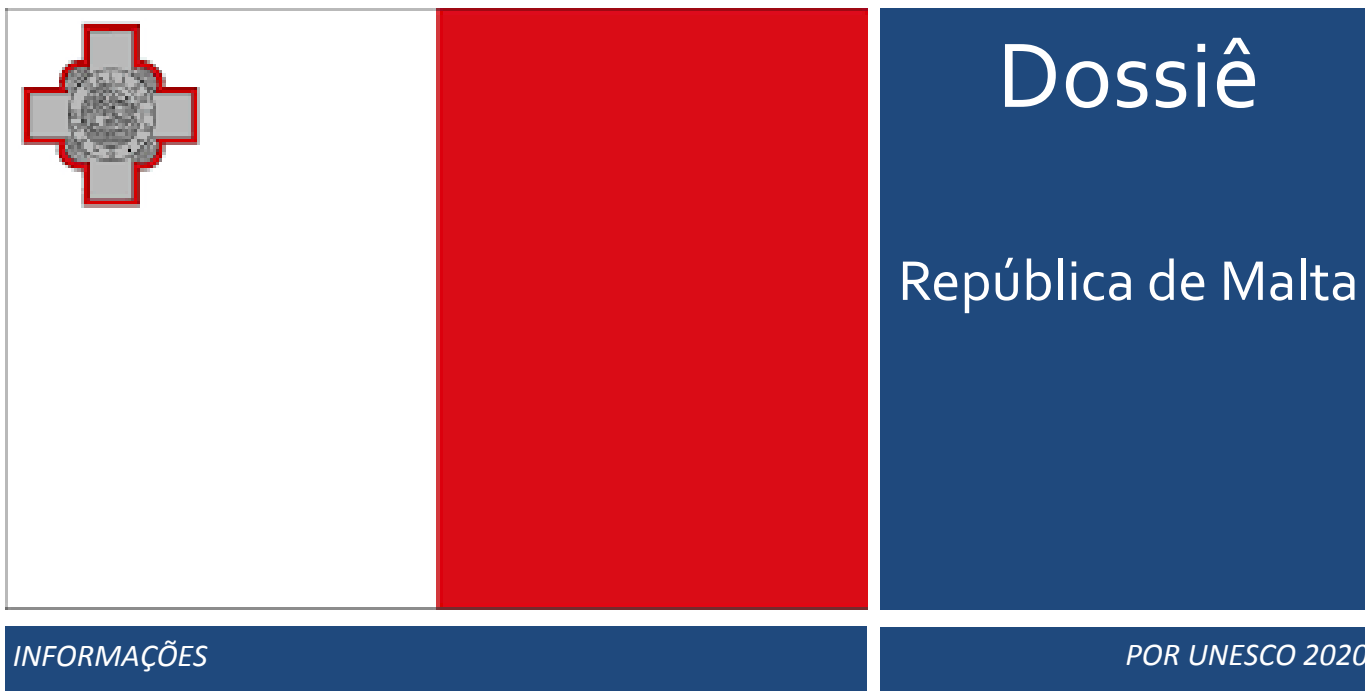
A Suécia foi o primeiro país do mundo a colocar em vigor, em 1972, a lei de reconhecimento legal de gênero e, posteriormente, o Conselho Nacional de Saúde e Bem-Estar sueco deixou de considerar a homossexualidade como uma doença. Em 2003, foi aprovada a adoção de crianças por casais do mesmo sexo. No ano de 2005, foi aprovado o acesso ao tratamento de reprodução assistida, tornando-se disponível para casais homoafetivos através da Lei de Inseminação (atualmente, Lei sobre Integridade Genética). Após várias reformas na legislação, o Código Penal Sueco passou a incluir a discriminação baseada na orientação sexual como uma ilegalidade, sendo aplicada em várias esferas do mercado de trabalho e da vida social. Posteriormente, passou a englobar também a identidade e expressão de gênero para criminalizar atos de ódio baseado

nesses aspectos, e deixando de classificar a transsexualidade como uma doença. Nesse sentido, a Constituição sueca foi estendida, passando a incluir a proteção da comunidade LGBT+. Em 2013, novas emendas na lei de reconhecimento legal de gênero foram aprovadas, permitindo a alteração de gênero no registro sueco.

O país e o seu comprometimento com a EDH e com a EIS

Em 2002, uma lei referente à igualdade de tratamento dos estudantes na universidade foi aprovada, no intuito de promover a inclusão e proteção de estudantes no ambiente acadêmico, fornecendo os direitos básicos para todos os alunos, sem discriminação relacionada à orientação sexual. Posteriormente, em 2006, uma nova legislação introduziu no currículo escolar do Ensino Médio, planejamentos para abordarem sobre igualdade de tratamento e proibição de atos discriminatórios pautados na orientação sexual, tornando-se assunto obrigatório nos âmbitos escolares. . No ano de 2017, houve mais alterações na Lei da Discriminação, as quais apresentavam como responsabilidade dos professores e funcionários do sistema acadêmico de tomar as devidas providências para promover direitos e oportunidades iguais, além da inclusão de toda a comunidade LGBT+.





O país

A República de Malta é um conjunto de ilhas que se localizam no centro do Mar Mediterrâneo, no sul da Itália, sendo parte do continente europeu. O país, que tem Valeta com capital, tornou-se membro da União Europeia em 2004, adotando o euro como moeda oficial no ano de 2008, e é predominantemente católico. Os idiomas oficiais e mais falados no país são o maltês (90% da população) e, uma vez que o país foi uma colônia britânica, o inglês (cerca de 6% da população). Ademais, o sistema político vigente no país é de uma República Parlamentarista, e o mesmo tem uma economia de livre mercado com PIB *per capita* de cerca de U\$D41,900.

O país e a comunidade LGBT+

A República de Malta foi eleita como o melhor país para LGBT+ dentre todos os países europeus segundo a Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (ILGA), tendo alcançado um total de 91% de todos os direitos analisados pela organização. Essa pesquisa leva em consideração a proteção à população LGBT+ contra a discriminação baseada em identidade de gênero e orientação sexual, direitos matrimoniais e familiares, reconhecimento a identidade de gênero e integridade corporal, possibilidade de solicitação de asilo e a liberdade de participação enquanto parte da sociedade civil. Tal condecoração atribuída ao país demonstra o interesse do mesmo em garantir e promover a igualdade de tratamento e a proteção da comunidade LGBT+. No entanto, alguns ativistas locais atribuem o progressismo que tem recentemente tomado as diretrizes do país a relação do mesmo com a União Europeia. Ainda existem críticas sobre

o conservadorismo católico presente no país e, apesar de avanços no que se refere a discriminação contra orientação sexual, ativistas argumentam que a transfobia persiste. No entanto, é possível observar uma trajetória progressista no país que tem se apresentado cada vez mais movido a sanar desigualdades enfrentadas por esse grupo.

O comprometimento do país com a EDH e com a EIS

No que se refere a Educação Sexual, o país conta com um guia direcionado a abordagem dessa temática nas escolas, no entanto, tal abordagem é criticada por promover a abstinência sexual e ser heteronormativa, ou seja, focada na experiência heterossexual. Ademais, existem outras críticas no que tange o momento em que essas questões são introduzidas, uma vez que segundo estudantes, haveria uma falta de tratamento dessa temática em ambos o primeiro e o segundo níveis escolares. No caso da Educação em Direitos Humanos, é possível observar diversas movimentações do governo do país em debater essas questões e promover um ambiente escolar mais inclusivo com medidas de combate ao *bullying*. Um desses projetos foi lançado pelo Ministério da Educação em 2014, o "Política para abordar o comportamento de *bullying* nas escolas", que referenciava diretamente o *bullying* baseado em orientação sexual e identidade de gênero. Essas políticas governamentais que tratam dessas temáticas são elaboradas em conjunto com organizações que tratam das demandas específicas a comunidade LGBT+, como aponta o relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), de forma a atender melhor essas necessidades.





Dossiê

Fundo das Nações Unidas para a Infância

INFORMAÇÕES

POR UNESCO 2020

A organização

O fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) é um órgão da ONU que busca garantir a segurança, proteção e direitos das crianças e adolescentes em todo o mundo. Criado em 1946, para atender às necessidades emergenciais de crianças na Europa e na China do pós-guerra, a UNICEF tornou-se parte permanente do sistema das Nações Unidas em 1953. Com sede na cidade de Nova York (EUA) e escritórios nacionais em todo o mundo, trabalha atualmente em mais de 190 países e territórios. A UNICEF acredita e busca garantir através de sua atuação -que abrange situações humanitárias emergenciais - que toda a criança tenha o direito de crescer em um ambiente seguro e inclusivo, sobreviver e prosperar, ter acesso à educação e ter uma chance equitativa na vida.

A organização, a população LGBTQ+ e a educação

Como parte do sistema da Organização das Nações Unidas, a UNICEF tem a missão de realizar programas e ações inclusivos e livres de discriminações. Independentemente de qualquer coisa, inclusive orientação sexual ou identidade e expressão de gênero, a UNICEF irá buscar providenciar que todas as crianças e jovens tenham direito a uma infância segura, sem discriminação e com direitos garantidos. A UNICEF realiza seu programa de educação em 144 países ao redor do mundo, onde atua através de três áreas: acesso, aprendizado e habilidades e emergências e contextos frágeis. Acesso é a frente que busca garantir uma equidade de gênero. Aprendizado e habilidades é por onde são realizadas medidas em prol da garantia de um aprendizado inovador e de qualidade. E, por último, em emergências e contextos frágeis se busca a garantia de segurança e aprendizado às crianças em tal situação. Além disso, a UNICEF pro-

cura através de seu trabalho no ambiente educacional oferecer a crianças e adolescentes a oportunidade de adquirirem conhecimentos e habilidades necessários para prosperar. Por mais que não haja uma menção explícita no programa de educação da UNICEF à comunidade LGBTQ+, há um Documento de Posição publicado pelo órgão em 2014 e intitulado: "Eliminando a Discriminação contra crianças e pais baseada em orientação sexual e / ou Identidade de Gênero", que demonstra seu apoio à comunidade e seu compromisso e preocupação com a mesma, a respeito de salvaguardar seus direitos. O Documento se inicia reforçando o "direito a uma infância segura, saudável e livre de discriminação" e isto independentemente da orientação sexual ou identidade de gênero. Lembra, também, que em todas as regiões do mundo há discriminação, estigma e todo tipo de violências com relação a crianças e adolescentes LGBTQ+. Afirma-se a necessidade de novas medidas e o reforço às medidas de proteção já existentes, sendo esta uma missão da UNICEF. A isto se segue um aumento de esforços da comunidade internacional, através de tratados e outros instrumentos de defesa de direitos e busca de erradicação de discriminação, como é o caso do CDC (Comitê para os Direitos da Criança) que coloca o princípio da não discriminação como fundamental para tudo o que ele tem como objetivo. Guiada pela CDC, a UNICEF elenca medidas que vão desde revogar leis que consolidam tal discriminação à inclusão de jovens e crianças neste debate.

